

Dimitri **Dimoulis** Soraya **Lunardi**

Curso de **PROCESSO
CONSTITUCIONAL**

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE
E REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS

8^a edição

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILUSA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Projetos: Camilla Dantara Ventura

Estagiárias: Alan H. S. Moreira, Ana Amalia Strojnowski, Bárbara Baraldi e Bruna Mestriner

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Alana Fagundes Valério, Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thais Pereira e Victória Menezes Pereira

Designer Editorial: Lucas Kfouri

Estagiárias: Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz Carvalho

Capa: Chrisley Figueiredo

Adaptação capa: Linotec

Líder de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILA FUREGATO DA SILVA

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Estagiária de Produção Gráfica: Ana Paula Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Dimoulis, Dimitri

Curso de processo constitucional : controle de constitucionalidade e remédios constitucionais / Dimitri Dimoulis e Soraya Lunardi. -- 8. ed. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2021.

Bibliografia

ISBN 978-65-5614-954-7

1. Controle da constitucionalidade das leis 2. Direito constitucional 3. Remédios constitucionais I. Lunardi, Soraya. II. Título.

21-54424

CDU-342:347.9

Índices para catálogo sistemático:

1. Processo constitucional : Direito 342:347.9

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

SUMÁRIO

OBJETO E OBJETIVO DO LIVRO	17
FORMA DE UTILIZAÇÃO DO LIVRO	21
1. Leitura ativa.....	21
2. Ensino participativo	23
3. Utilização da bibliografia.....	23
INTRODUÇÃO – O QUE É “PROCESSO CONSTITUCIONAL”	25
1. O conceito de “processo”. Uma abstração teórica de grande utilidade.....	25
1.1. O processo como abstração de segunda ordem.....	25
1.2. Estudo de comportamentos ou estudo de regras?.....	26
1.3. O processo como sequência temporal.....	28
2. Processo legal	29
3. Processo judicial.....	31
4. Processo constitucional (judicial e não judicial)	33
4.1. Definição	33
4.2. Histórico da consolidação do direito processual constitucional.....	36
5. Leituras de aprofundamento	40

I

SURGIMENTO DO CONTROLE JUDICIAL DE CONSTITUCIONALIDADE NA HISTÓRIA CONSTITUCIONAL (1780-1920)

1. A supremacia da Constituição.....	41
1.1. Definição	41
1.2. Quem deve garantir a supremacia constitucional?	45
1.2.1. Resposta 1: o legislador	46
1.2.2. Resposta 2: o Poder Executivo	46
1.2.3. Resposta 3: o Poder Judiciário	47
1.2.4. Resposta 4: a Corte Constitucional	48
1.2.5. Resposta 5: “todos”	48
1.3. Leituras de aprofundamento	49
2. O controle judicial de constitucionalidade segundo <i>The federalist papers</i>	50
2.1. Introdução.....	50
2.2. <i>The federalist papers</i> , artigo n. 78 (Alexandre Hamilton, 1788).....	50
3. O controle de constitucionalidade pela Suprema Corte dos EUA.....	55
3.1. Situação constitucional	55
3.2. Histórico do caso <i>Marbury vs. Madison</i>	56
3.3. Texto da decisão <i>Marbury vs. Madison</i>	57

6 CURSO DE PROCESSO CONSTITUCIONAL

3.4. O cálculo político de Marshall	66
3.5. Leituras de aprofundamento	68
4. O controle de constitucionalidade na Áustria: Corte constitucional.....	68
4.1. Situação constitucional	68
4.2. Configuração do controle judicial concentrado.....	70
4.3. O artigo 140, 1-4 da Constituição austríaca, na versão de 1929.....	72
4.4. Comentários	73
4.5. Leituras de aprofundamento.....	74
5. O controle de constitucionalidade na Grécia do século XIX.....	74
5.1. Situação constitucional	74
5.2. Jurisprudência grega sobre o controle de constitucionalidade (final do século XIX)	75
5.2.1. Decisão do Tribunal de Primeira Instância de Atenas n. 6.664, de 1892.....	75
5.2.2. Decisão da Corte de Cassação do Reino da Grécia, Primeira Câmara, n. 23, de 1897.....	76
5.2.3. Comentários	77
5.3. Leituras de aprofundamento.....	80
6. Normas e decisões históricas sobre o controle de constitucionalidade no Brasil	80
6.1. Textos normativos	80
6.1.1. Decreto 510 do Governo Provisório, de 1890	80
6.1.2. Decreto 848 do Governo Provisório, de 1890	80
6.1.3. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891....	80
6.1.4. Lei 221, de 1894	81
6.1.5. Constituição de 1891 após a reforma constitucional de 1926.....	81
6.2. Decisão do Supremo Tribunal Federal, Apelação Cível n. 216, julgada em 20-1-1897.....	81
6.3. Comentários	84
6.4. Leituras de aprofundamento.....	86
7. Exercícios práticos.....	87
7.1. Argumentações sobre a necessidade e as formas do controle judicial de constitucionalidade	87
7.2. Assessorando o Governador de Ohio	87
7.3. Marshall no Brasil	87

II

CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO E MODELOS DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO DIREITO COMPARADO

1. Definição do controle de constitucionalidade	89
2. Finalidades e formas de classificação do controle de constitucionalidade	92
3. Critérios de classificação de aplicação geral.....	93
3.1. Permissibilidade	93
3.1.1. Sistema positivo	93
3.1.2. Sistema negativo	93

3.2.	Origem-legitimação do órgão fiscalizador.....	94
3.2.1.	Órgãos judiciais	95
3.2.2.	Órgãos políticos (não judiciais).....	95
3.2.3.	Sistema combinado.....	95
3.3.	Objeto de controle (condutas controladas)	96
3.3.1.	Total-irrestrito.....	96
3.3.2.	Parcial-limitado.....	96
3.4.	Natureza da conduta controlada.....	97
3.4.1.	Inconstitucionalidade por ação	97
3.4.2.	Inconstitucionalidade por omissão.....	97
3.4.3.	Sistema combinado.....	98
4.	Critérios de classificação do controle judicial de constitucionalidade.....	99
4.1.	Número de fiscais da constitucionalidade.....	99
4.1.1.	Sistema difuso (universal).....	99
4.1.2.	Sistema concentrado	99
4.1.3.	Sistemas mistos?	100
4.2.	Qualificação dos fiscais (formação e experiência profissional).....	101
4.2.1.	Juízes com formação-atauação jurídica.....	101
4.2.2.	Juízes leigos.....	102
4.2.3.	Sistema misto	102
4.3.	Momento da propositura.....	103
4.3.1.	Preventivo	103
4.3.2.	Repressivo	103
4.3.3.	Combinado	104
4.4.	Tipos de fiscalização.....	104
4.4.1.	Abstrato	104
4.4.2.	Concreto	104
4.4.3.	Combinado	104
4.5.	Posição na sequência processual.....	105
4.5.1.	Principal (via de ação)	105
4.5.2.	Incidental (via de exceção).....	105
4.5.3.	Combinado	105
4.6.	Etapas de tramitação	105
4.6.1.	Bifásico	105
4.6.2.	Monofásico	106
4.7.	Legitimados para promover o controle	106
4.7.1.	Acesso restrito	107
4.7.2.	Acesso médio	107
4.7.3.	Acesso amplo	107
4.8.	Alcance pessoal dos efeitos da decisão	107
4.8.1.	<i>Inter partes</i>	107
4.8.2.	<i>Erga omnes</i>	108
4.8.3.	Persuasiva	108

4.9.	Carga de eficácia preponderante e alcance temporal da decisão.....	108
4.9.1.	Decisão declaratória.....	108
4.9.2.	Decisão constitutiva.....	109
4.9.3.	Decisão de efeitos modulados.....	109
5.	Relações entre as categorias classificatórias e modelos de controle judicial	110
6.	Controle de constitucionalidade de exclusão de minorias sociais	112
7.	Exercícios práticos.....	114
8.	Leituras de aprofundamento	114

III**AÇÕES DE CONTROLE JUDICIAL ABSTRATO NO BRASIL**

1.	Introdução	116
2.	Formas de inconstitucionalidade	117
2.1.	Natureza da norma violada	118
2.1.1.	Inconstitucionalidade formal.....	118
2.1.2.	Inconstitucionalidade material.....	118
2.2.	Momento de ocorrência da inconstitucionalidade	119
2.2.1.	Inconstitucionalidade originária.....	119
2.2.2.	Inconstitucionalidade superveniente.....	119
2.2.2.1.	Inconstitucionalidade superveniente (apenas) material em razão da mudança do parâmetro.....	119
2.2.2.2.	Inconstitucionalidade superveniente hermenêutica.....	120
2.2.2.3.	Há constitucionalidade superveniente?	120
2.3.	Leituras de aprofundamento	121
3.	Finalidade e procedimento das ações de controle abstrato	122
3.1.	Ação direta de inconstitucionalidade (ADIn)	122
3.1.1.	Normas vigentes	122
3.1.1.1.	Constituição Federal.....	122
3.1.1.2.	Lei 9.868, de 10.11.1999	122
3.1.2.	Objetivos e características	124
3.1.3.	Legitimação.....	125
3.1.4.	Conteúdo da petição inicial	127
3.1.5.	Causa petendi aberta.....	128
3.1.6.	Procedimento.....	130
3.1.7.	Objeto de controle	133
3.1.7.1.	Direito constitucional secundário	133
3.1.7.2.	Leis e atos normativos federais	136
3.1.7.3.	Leis e atos normativos estaduais e distritais	138
3.1.7.4.	Atos e omissões que não podem ser objeto da ADIn	138
3.1.8.	Parâmetro de controle	139
3.1.9.	Concessão de medidas cautelares	140
3.1.10.	Decisão final	143
3.1.11.	Recursos.....	145

3.1.12. Leituras de aprofundamento.....	146
3.1.13. Exercício prático.....	146
3.2. Ação direta de constitucionalidade por omissão (ADO)	146
3.2.1. Normas vigentes	146
3.2.1.1. Constituição Federal de 1988.....	146
3.2.1.2. Lei 9.868, de 10.11.1999, com os acréscimos da Lei 12.063, de 27.10.2009	147
3.2.2. Objetivos e características	150
3.2.3. Legitimação.....	150
3.2.4. Conteúdo da petição inicial e <i>causa petendi aberta</i>	152
3.2.5. Procedimento.....	154
3.2.6. Objeto de controle.....	156
3.2.7. Parâmetro de controle	158
3.2.8. Concessão de Medidas Cautelares	160
3.2.9. Decisão final	162
3.2.9.1. Efeitos em caso de omissão administrativa	162
3.2.9.2. Efeitos em caso de omissão legislativa.....	163
3.2.9.3. Ineficácia da ADO?	165
3.2.10. Recursos.....	166
3.2.11. Leituras de aprofundamento.....	166
3.2.12. Exercício prático.....	167
3.3. Ação declaratória de constitucionalidade (ADC)	167
3.3.1. Normas vigentes	167
3.3.1.1. Constituição Federal de 1988.....	167
3.3.1.2. Lei 9.868, de 10.11.1999	168
3.3.2. Finalidades e características gerais	169
3.3.3. Legitimação e participação no processo	172
3.3.4. Requisitos processuais	173
3.3.4.1. Controvérsia judicial relevante	173
3.3.4.2. Conteúdo mínimo da petição inicial	174
3.3.4.3. <i>Causa petendi aberta</i>	175
3.3.5. Procedimento.....	176
3.3.6. Objeto de controle	177
3.3.6.1. Direito constitucional secundário	177
3.3.7. Leis e atos normativos federais	179
3.3.8. Parâmetro de controle	181
3.3.9. Concessão de Medidas Cautelares	181
3.3.10. Decisão final	183
3.3.11. Recursos.....	185
3.3.12. Leituras de aprofundamento.....	185
3.4. Arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF)	185
3.4.1. Normas vigentes	185
3.4.1.1. Constituição Federal de 1988.....	185
3.4.1.2. Lei 9.882, de 3.12.1999	185

10 CURSO DE PROCESSO CONSTITUCIONAL

3.4.2. Objetivos e características	187
3.4.3. Legitimação	188
3.4.4. Conteúdo da petição inicial e <i>causa petendi</i> aberta.....	190
3.4.5. Procedimento.....	191
3.4.6. Objeto de controle	193
3.4.6.1. ADPF principal.....	193
3.4.6.2. ADPF incidental	195
3.4.7. Condições de admissibilidade	197
3.4.7.1. “Descumprimento”	197
3.4.7.2. Relevância da controvérsia constitucional.....	197
3.4.7.3. Relação com os demais meios de controle judicial da constitucionalidade.....	198
3.4.8. Parâmetro de controle	201
3.4.9. Concessão de medidas cautelares.....	203
3.4.10. Decisão final	205
3.4.11. Recursos.....	206
3.4.12. Leituras de aprofundamento.....	207
3.4.13. Exercício prático	207
4. Efeitos das decisões do controle abstrato de constitucionalidade.....	207
4.1. Dados normativos.....	207
4.1.1. Constituição Federal de 1988.....	207
4.1.2. Lei 9.868, de 10.11.1999	207
4.1.3. Lei 9.882, de 3.12.1999	208
4.2. Efeito vinculante.....	208
4.2.1. Significado	209
4.2.2. Previsão normativa	209
4.2.3. Abrangência do efeito vinculante	210
4.2.3.1. Abrangência objetiva transcendente.....	211
4.2.3.2. Abrangência subjetiva.....	212
4.2.3.3. Consequências da inobservância do efeito vinculante	217
4.3. Eficácia <i>erga omnes</i>	218
4.4. Efeitos repristinatórios.....	219
4.5. A coisa julgada no processo objetivo	221
4.5.1. Definição.....	221
4.5.2. Coisa julgada formal no processo objetivo.....	221
4.5.3. Inexistência de coisa julgada material no processo objetivo	222
4.6. Efeitos temporais da decisão de inconstitucionalidade no controle abstrato....	224
4.6.1. Definições e modelos.....	224
4.6.2. A modulação de efeitos no direito brasileiro	226
4.6.3. A modulação de efeitos temporais em ADIn. Estudo empírico.....	229
4.7. Leituras de aprofundamento	234
4.8. Exercício prático	234
5. Estatísticas das ações de controle abstrato	234

5.1.	Volume e resultado das ações	234
5.1.1.	Dados	234
5.1.2.	Comentários	235
5.2.	Atores que utilizam a ADIn	236
5.2.1.	Dados estatísticos	236
5.2.2.	Comentários	237
5.3.	Duração das ações diretas	239
5.3.1.	Dados estatísticos	239
5.3.2.	Influência processual da medida cautelar e do pedido de vista	241

IV**CONFIGURAÇÃO DO PROCESSO OBJETIVO NO BRASIL**

1.	Definição do processo objetivo.....	243
2.	Configuração histórica do processo objetivo	245
3.	Características do processo objetivo	248
3.1.	Ausência de partes	249
3.2.	Ausência de interesse pessoal e de direito subjetivo tutelado	251
3.2.1.	Generalidades	251
3.2.2.	O requisito da pertinência temática e a presença de interesses	252
3.2.3.	Ausência de interesses concretos e atuação do <i>amicus curiae</i>	254
3.3.	Não se aplica o contraditório	257
3.4.	Não são verificados fatos nem se admitem provas	258
3.5.	Busca da verdade pelo juiz	260
3.6.	Natureza política do objeto do processo objetivo	261
4.	Processo objetivo e limites de acesso à justiça constitucional	264
4.1.	Filtro da legitimidade	264
4.2.	Filtro do duplo controle de admissibilidade	264
4.3.	Filtro da discricionariedade do julgador	265
4.4.	Filtro do objeto de controle	265
4.5.	Filtro temporal	265
4.6.	Filtro da definição da pauta de julgamento	266
5.	Autocriação e heterorreferência no processo constitucional.....	266
5.1.	Autocriação	268
5.2.	Heterorreferência típica	269
5.3.	Heterorreferência atípica	271
5.4.	Configuração do processo objetivo pelo STF	272
5.4.1.	Autocriação: o caso do Regimento Interno do STF	272
5.4.2.	Autocriação com elementos de heterorreferência atípica: as medidas cautelares nas ações diretas de (in)constitucionalidade	274
5.4.3.	Heterorreferência atípica: a pertinência temática	275
5.5.	Conclusões	277
6.	Subjetivação do processo objetivo pelo STF?.....	278
7.	O processo objetivo na jurisprudência do STF	278

7.1.	Definições gerais, irrelevância de interesses concretos e falta de partes	278
7.2.	Aplicação de regras do processo civil (heterorreferência atípica)	280
7.3.	Impedimento	281
7.4.	Possibilidade de cumulação de pedidos de diferentes Ações Diretas.....	282
7.5.	Objeto da Ação Direta.....	283
8.	Leituras de aprofundamento	283
9.	Exercícios práticos.....	284

V

MÉTODOS DE INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL E TÉCNICAS DE DECISÃO NO CONTROLE JUDICIAL DE CONSTITUCIONALIDADE

1.	Métodos de interpretação constitucional	285
1.1	Interpretação textual (“gramatical”)	286
1.2	Interpretação sistemática.....	287
1.3	Interpretação histórica (teleologia subjetiva)	287
1.4	Interpretação teleológica objetiva	288
2.	Problemas dos métodos de interpretação e a determinação hermenêutica do parâmetro do controle de constitucionalidade.....	288
3.	Interpretação do texto normativo impugnado conforme a Constituição como técnica de decisão no controle de constitucionalidade.....	293
3.1.	Definição e hipóteses de aplicação.....	293
3.2.	Exemplos jurisprudenciais.....	296
4.	Declaração de inconstitucionalidade parcial sem redução de texto	298
4.1.	Definição e exemplos	298
4.2.	Distinção entre interpretação conforme a Constituição e inconstitucionalidade parcial sem redução de texto	299
5.	Decisões manipulativas	301
5.1.	Decisões aditivas	301
5.1.1.	Definições	301
5.1.2.	Espécies	302
5.1.3.	Decisões aditivas no STF?	304
5.2.	Decisões substitutivas	304
6.	Apelo ao legislador	305
6.1.	Definição	305
6.2.	Espécies.....	306
6.3.	Efeitos do apelo ao legislador	307
7.	“Estado de coisas inconstitucional”	308
8.	A mutação constitucional como método interpretativo.....	309
8.1.	Reclamação 4.335. Trechos do voto do Relator Min. Gilmar Mendes	309
8.2.	Perspectivas críticas	312
8.2.1.	Interpretações autocriativas do STF	312
8.2.2.	Problemas da mutação constitucional.....	313
9.	Exercícios práticos.....	316
9.1.	Interpretar é criar?	316

9.2. Analisando argumentações judiciais	317
10. Leituras de aprofundamento	317

VI

**CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE JUDICIAL
INCIDENTAL-CONCRETO NO BRASIL**

1. Quem pode alegar a inconstitucionalidade?	320
1.1. O autor da ação	320
1.2. O réu	320
1.3. O Ministério Público e terceiros.....	320
1.4. O julgador	320
2. Em que tipo de processo pode ser arguida a inconstitucionalidade?	320
3. Que juiz pode decidir sobre a inconstitucionalidade?	322
3.1. A reserva do Plenário	322
3.2. Limites do exame de questões de constitucionalidade pelo STJ	323
4. Efeitos da decisão	324
5. Recursos	325
6. O Recurso Extraordinário no âmbito do controle incidental-concreto.....	325
6.1. Hipóteses de cabimento	325
6.2. Juízo de admissibilidade.....	328
6.3. Processamento.....	329
6.4. Decisão.....	331
7. Reclamação constitucional.....	332
7.1. Normas vigentes.....	332
7.1.1. Constituição Federal	332
7.1.2. Código de Processo Civil.....	332
7.2. Delimitação do tema	333
7.3. Objetivos e características.....	334
7.4. Natureza jurídica da reclamação constitucional	334
7.5. Legitimação	336
7.6. Conteúdo da petição inicial	337
7.7. Objeto.....	337
7.8. Parâmetro.....	340
7.9. Procedimento.....	341
7.10. Medidas liminares	342
7.11. Decisão e efeitos	342
7.12. Recursos	343
8. Súmula vinculante.....	343
8.1. Normas vigentes.....	343
8.1.1. Constituição Federal	343
8.1.2. Lei 11.417, de 2006	344
8.2. Objetivos e características da súmula vinculante em comparação com a súmula de jurisprudência.....	345
8.3. Legitimação	347

8.4. Requisitos e objeto	349
8.5. Parâmetro	350
8.6. Procedimento	350
8.7. Decisão e efeitos	351
8.8. Coisa julgada?	352
8.9. Recursos	352
8.10. Natureza jurídica	352
9. Exercícios práticos.....	353
10. Leituras de aprofundamento	354

VII**PROBLEMAS DE LEGITIMIDADE DA JUSTIÇA CONSTITUCIONAL**

1. Introdução: politicidade e legitimidade.....	355
2. A crítica de Thayer	358
3. Argumentos contra o controle judicial de constitucionalidade.....	359
3.1. Falta de competência	360
3.2. Falta de necessidade lógica	360
3.3. Subjetivação-moralização	361
3.4. Usurpação do poder constituinte reformador	362
4. Argumentos a favor do controle judicial de constitucionalidade.....	363
4.1. O controle de constitucionalidade como dever de ofício	363
4.2. Argumento dos direitos fundamentais (tutela das minorias).....	364
4.3. Argumento dos freios e contrapesos	365
4.4. Argumento da consolidação	366
4.5. Argumento da neutralidade e da especialização	367
5. Argumentos conciliadores	368
5.1. Controle de constitucionalidade sem supremacia judicial (equivalência institucional dos fiscais da Constituição)	368
5.2. Autolimitação do Judiciário	371
5.2.1. Conteúdo e manifestações da autolimitação	371
5.2.2. O problema do “legislador negativo”	373
5.3. Avaliação performática do controle judicial	376
5.3.1. Avaliação do impacto social: o difícil debate “ativismo vs. passivismo”	376
5.3.2. Avaliação da organização judicial	378
5.3.3. Avaliação da qualidade argumentativa	379
6. O futuro do controle judicial e as possíveis reformas do STF.....	380
6.1. Problemas da combinação do controle concreto e abstrato	380
6.2. Propostas de reforma processual do processo constitucional	382
7. Exercícios práticos.....	387
8. Leituras de aprofundamento	387

VIII**CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NÃO JUDICIAL**

1. Fiscalização da constitucionalidade pelo Poder Legislativo	389
---	-----

1.1.	Controle preventivo no processo legislativo	389
1.2.	Controle repressivo pelo Senado Federal	391
1.2.1.	A previsão constitucional e suas possíveis “mutações”	391
1.2.2.	Conteúdo da decisão do Senado.....	393
1.2.3.	Efeitos da decisão do Senado	394
1.3.	Leituras de aprofundamento	395
2.	Controle de constitucionalidade pelo Poder Executivo	396
2.1.	Controle preventivo pelo Presidente da República	396
2.2.	Controle repressivo (não aplicação de norma constitucional)	397
2.3.	Leituras de aprofundamento	399

IX**REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS**

1.	<i>Habeas corpus</i>	402
1.1.	Normas vigentes.....	402
1.2.	Objetivos e características	403
1.3.	Legitimação	404
1.3.1.	Legitimação ativa	404
1.3.2.	Legitimação passiva	405
1.4.	Competência	406
1.5.	Objeto.....	406
1.6.	Parâmetro	408
1.7.	Procedimento	409
1.8.	Sentença e efeitos	411
1.9.	Recursos	412
1.10.	Leituras de aprofundamento	412
2.	Mandado de segurança	413
2.1.	Normas vigentes.....	413
2.2.	Objetivos e características	417
2.3.	Legitimação	417
2.3.1.	Legitimidade ativa	417
2.3.2.	Legitimidade passiva.....	419
2.3.3.	Litisconsórcio ativo e passivo	420
2.4.	Competência	421
2.5.	Objeto.....	421
2.6.	Parâmetro	423
2.7.	Procedimento	424
2.7.1.	Petição inicial	424
2.7.2.	Prazo	424
2.7.3.	Medidas liminares.....	425
2.7.4.	Trâmite.....	426
2.8.	Sentença e efeitos	426
2.9.	Recursos	426

16 CURSO DE PROCESSO CONSTITUCIONAL

2.10.	Peculiaridades do mandado de segurança coletivo	428
2.10.1.	Objeto.....	428
2.10.2.	Legitimados	428
2.10.3.	Litispendência	429
2.10.4.	Coisa julgada no mandado de segurança coletivo	430
2.11.	Leituras de aprofundamento	431
3.	Mandado de injunção	431
3.1.	Normas vigentes.....	431
3.2.	Objetivos e características	433
3.3.	Legitimação	434
3.4.	Competência	434
3.5.	Objeto.....	434
3.6.	Parâmetro	435
3.7.	Procedimento	436
3.8.	Sentença e efeitos	436
3.9.	Recursos	438
3.10.	Leituras de aprofundamento	438
4.	Habeas data.....	438
4.1.	Normas vigentes.....	438
4.2.	Objetivos e características	440
4.3.	Legitimação	440
4.4.	Competência	440
4.5.	Objeto.....	441
4.6.	Parâmetro	441
4.7.	Procedimento	442
4.8.	Sentença e efeitos	442
4.9.	Recursos	442
4.10.	Leituras de aprofundamento	443
5.	Ação popular	443
5.1.	Normas vigentes.....	443
5.2.	Objetivos e características.....	447
5.3.	Legitimação	448
5.3.1.	Legitimado ativo	448
5.3.2.	Legitimado passivo	448
5.4.	Competência	449
5.5.	Objeto.....	449
5.6.	Parâmetro	450
5.7.	Procedimento	450
5.8.	Sentença e seus efeitos	451
5.9.	Recursos	452
5.10.	Leituras de aprofundamento	453
	BIBLIOGRAFIA.....	455